



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 071

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE JUNHO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PL Mauro Moraes
PPS Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PTB** - 02: Ailton Araújo - Carlos Simões; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 02: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto.

DIÁRIO Nº 071**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Requerimentos	03
Ordem do Dia:	
Discussão / Votação:	
2ª Discussão (Votação em)	03
Redação Final	04
3ª Discussão	04
2ª Discussão	05
1ª Discussão	05
Requerimentos	07
Encerramento da Sessão	07
Publicações:	
Diretoria Geral:	
Portaria DAT	07
Atas de Comissões:	
Comissão de Orçamento	07
Com. de Ecol. e Meio Amb.	08

003ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 003ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
29 DE JUNHO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

Presenças:

Às onze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (047). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ailton Araújo, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes e Nelson Justus (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão Extraordinária:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:**Requerimento**

REQUERIMENTO Nº 2082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano douto Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.06.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

O SR. PEDRO PAULO CAMPOS (PT) (**Pela Ordem**)

Só para registrar a presença do Vereador Odilon Pereira de Alto Paraíso, cidade que antes era Vila Alta,

acompanhado dos companheiros Ezileus, Sebastião da Silva e Nilson Braga que hoje estão no acampamento Porto Figueira. Sejam bem vindos à nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado a presença dos visitantes.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei 183/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que dispõe sobre o Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - na aquisição de automóveis destinados ao transporte escolar, nas condições que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 183/2005

Art. 1º Ficam isentas do Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e a Prestação de Serviços de Transporte Intermunicipal e Interestadual e de Comunicação - ICMS - as aquisições de veículos automóveis apropriados ao transporte escolar, classificados em regulamentação própria.

Parágrafo Único. Para a obtenção do benefício previsto nesta lei é necessário cumulativamente:

I - que os adquirentes sejam motoristas profissionais autônomos;

II - sejam titulares de autorização para a condução coletiva de escolares e;

III - que destinem o veículo exclusivamente para tal fim.

Art. 2º Para a fruição da isenção, o beneficiário deverá se comprometer e repassar ao usuário ou seu representante, um desconto da ordem de 10% incidente sobre o valor do serviço e demonstrar que o veículo está devidamente registrado nos órgãos de fiscalizações competentes.

Art. 3º Será obrigatória a exposição na parte externa dos veículos as seguintes informações:

I - veículo exclusivo para transporte de alunos;

II - o número de telefone para reclamações e;

III - o desconto de 10%.

Art. 4º O benefício de que trata a presente lei só poderá ser concedido uma única vez ao veículo a seu titular.

Parágrafo Único. A venda do veículo beneficiado antes do prazo de três anos da data da sua aquisição, acarretará na perda do benefício e o imediato recolhimento do imposto dispensado, devidamente atualizado.

Art. 5º A partir do exercício subsequente à publicação desta lei, a renúncia anual de receita decorrente da isenção referida no artigo 1º será apurada pelo Poder Executivo, mediante projeção da renúncia efetiva verificada no primeiro semestre.

§ 1º Para os fins do disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000, o montante anual da renúncia apurada na forma do *caput*, no mês de setembro de cada ano, será custeado à conta de fontes financiadoras da reserva de contingência, salvo se verificado excesso de arrecadação, apurado também na forma do *caput*, em relação à previsão de receitas, para o mesmo período, deduzindo o valor da renúncia.

§ 2º O excesso de arrecadação porventura apurado nos termos do parágrafo 1º, *in fine*, será utilizado para compensação do montante da renúncia.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 183/2005

P A R E C E R :

Trata-se de emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 183/2005, de autoria do nobre Deputado Ratinho Júnior.

O texto originário prevê isenção do ICMS nas aquisições de veículos automóveis próprios ao transporte escolar e a presente emenda visa estipular um prazo mínimo de três anos sem que ocorra a venda/transferência do veículos, objeto do favor fiscal, para que seja preservado o benefício e impeça-se o seu inadequado com evasão fiscal.

Sob o ponto de vista constitucional e legal, na mesma esteira do parecer anterior, não vejo óbice para a regular tramitação do presente projeto de lei, apenas que na forma do substitutivo geral que apresento, incorpo-

rando tanto a presente emenda, como também a emenda já aprovada por esta CCJ.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Ratinho Júnior, Barbosa Neto, Art-
agão Júnior e Plauto Miró Guimarães.

Vamos votar o projeto ressaltando o Substitutivo.

Em discussão. Em votação.

Aprovado o projeto, artigo por artigo. Em vota-
ção o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação.
Aprovado!

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 350/2003, de autoria dos Deputados Barbosa Neto e Elza Correia, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranaguá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 350/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Dalton Fonseca Paranaguá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
ALEXANDRE CURI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 196/2005, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Estado do Paraná doar imóvel do Município de Dois Vizinhos, para ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, que é mantida pelo Centro Pastoral e Assistencial Dom Carlos - CPEA. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
AO PROJETO DE LEI Nº 196/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná autorizado a doar imóvel de sua propriedade, ao Município de Dois Vizinhos, para ampliação de VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, com as seguintes especificações:

Art. 2º Trata-se de imóvel matriculado sob nº 21.434, do Patrimônio Dois Vizinhos da Colônia Missões, denominado Chácara 128-E, do Município de Dois Vizinhos, contendo uma área superficial de 6.000,00 m (seis mil metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: Norte por uma linha reta e seca, medindo 60m, confrontam com a Chácara nº 128 do mesmo Patrimônio; Leste por linha seca confronta com o Patrimônio Dois Vizinhos. Sul por uma linha seca e reta medindo 60,00 m, confronta-se com a Chácara 128-C do mesmo Patrimônio. Oeste por uma linha seca e reta medindo 100m, confronta-se com a Chácara nº 128 do mesmo patrimônio.

Art. 3º O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado exclusivamente para ampliação das instalações da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança do Vale do Iguaçu.

Art. 4º Em contrapartida, fica a VIZIVALI obrigada a conceder bolsa de estudos integral a 5% (cinco por cento) do número total de vagas oferecidas em todos os cursos a pessoas carentes, residentes no Município de Dois Vizinhos.

Parágrafo Único. Para receber o benefício de que trata este artigo, os interessados deverão protocolar requerimento que se façam necessários, não ultrapassarem renda máxima familiar de 01 (um) salário mínimo vigente.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

3ª Discussão

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/2005, que objetiva alterar a redação do *caput* do artigo 16, da Lei nº 1.943, de 23.06.1954, e adota outras providências, (Código da Polícia Militar do Paraná). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que concede dispensa de parte da jornada de trabalho à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora ou responsável por pessoa portadora de deficiência. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CFCDHDC. SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 018/2005, que objetiva criar cargos de provimento em comissão, com lotação na Superintendência de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - SUDERHSA, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DA CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/2005, que objetiva dar nova redação ao parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei nº 12.975, de 17.11.2000, que extinguiu o quadro de oficiais femininas da Polícia Militar do Estado, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 023/2005, que autoriza o Poder Executivo a reduzir o capital subscrito pelo Governo do Estado, na empresa ambiental Paraná Florestal S/A, abertura de crédito adicional de igual importância ao vigente orçamento do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 341/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão que dispõe sobre isenções do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Trans-

porte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/2003, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin que dispõe sobre a criação de um Programa Permanente de Plantio de Árvores pelos estudantes do Ensino Fundamental da Rede Pública do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock que dispõe sobre a criação de um Programa de Captação de Água de Chuva conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CE. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Dentro do que autoriza o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, a Comissão de Constituição e Justiça está adotando uma nova metodologia.

Esta Comissão fará uma análise prévia, com o objetivo precípuo de verificar a constitucionalidade, a legalidade e a técnica legislativa dos projetos de lei, além de auxiliar o seu relator na confecção de parecer definitivo.

Ressalte-se, entretanto, que em hipótese alguma a análise prévia vincula o relator do projeto.

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2005, de autoria da Deputada Cida Borghetti que autoriza a cessão de uso do imóvel para a instalação de Delegacia de Estelionato e da Trânsito, no Município de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/2005, de 06.06.2005).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA ANÁLISE PRÉVIA AO PROJETO DE LEI Nº 352/2005

Autoria

Deputada Cida Borghetti

Súmula

Autoriza a cessão de uso de imóvel para a instalação da Delegacia de Estelionato e de Trânsito, no Município de Maringá.

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti tem o escopo de ceder o uso de um imóvel, de propriedade do ParanaPrevidência, situado na Cidade de Maringá, conforme a certidão de Registro de Imóvel anexa ao projeto de lei em questão. O uso desse imóvel seria destinado única e exclusivamente à 9ª Subdivisão Policial de Maringá, para instalação de delegacias especializadas de Estelionato e Trânsito.

Do Mérito

Vejam os senhores o Decreto Estadual 720, de 10 de maio de 1999:

“O Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, itens V e VI da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto na Lei-PR nº 12.398 de 30 de dezembro de 1998

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado na forma do Anexo a este Decreto, o Estatuto da ParanaPrevidência, instituição com personalidade jurídica de direito privado e natureza de serviço social autônomo paradministrativo, criada pelo Estado do Paraná, através da Lei-PR nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, por transformação do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná-IPE.”

(Grifos e destaques nossos)

“Art. 2º A ParanaPrevidência vincula-se, como ente de cooperação governamental, ao Secretário Especial para Assuntos de Previdência.” (Grifos nossos)

Soma-se a isso o que reza a Constituição do Estado do Paraná:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.”

Desse modo, resta claro que o ParanaPrevidência tem autonomia plena para dispor daquilo que lhe for de competência, inclusive dispor daquilo que lhe pertence. Quando houver competência concorrente do Estado, a atribuição estatal foi designada à Secretaria de Estado, mais especificamente ao Secretário Especial para Assuntos de Previdência.

Isso ainda sim implicaria dizer que não se trata de competência do Poder Legislativo, para que exercesse poder sobre os bens imóveis dessa autarquia, pois quando couber ao Estado alguma decisão, a Secretaria de Estado se incumbirá dessa atribuição.

Dessa forma, em sede de análise prévia, opinamos pela rejeição do projeto de lei, tendo em vista sua incongruência e inconstitucionalidade com relação à Carta Estadual.

Quanto à técnica legislativa o projeto apresentou-se em conformidade com o exigido na Lei Complementar 95/98.

Curitiba, 13 de junho de 2005.

(a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 352/2005

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima epigrafoado de autoria da Deputada Cida Borghetti, autoriza a cessão de imóvel para instalação da Delegacia de Estelionato e de Trânsito, no Município de Maringá.

Na justificação, a autora ressalta que a apreciação se faz necessária uma vez que “a 9ª Subdivisão Policial de Maringá está realizando importante trabalho de segurança pública e dentro dessa estratégia, considera essencial a especialização da Delegacia de Estelionato e de Trânsito. A delegacia especializada será a primeira do interior do Estado, representando o desenvolvimento dos trabalhos da segurança pública, evitando o crescimento dos índices de crimes naquela região.

Diz ainda, que “a cobrança da população em relação aos índices de violência é muito grande e o implemento dessa nova estrutura vem reforçar a postura do Governo do Estado de não tolerar a violência. Cabe salientar que o prédio objeto desta proposição está em condições precárias e a instalação das Delegacias naquela local será precedida de reforma”.

É o relatório.

Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa da nobre Deputada Cida Borghetti - autora do projeto, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.06.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 352/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem o objetivo de autorizar o Poder Executivo a cessão de uso de imóvel para a instalação da Delegacia de Estelionato e de Trânsito no Município de Maringá.

Fundamentação

A matéria já recebeu análise, quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável à mesma.

Conclusão

A proposição tem por objetivo prestigiar o trabalho da 9ª Subdivisão Policial de Maringá, que está realizando importante trabalho de segurança pública, proporcionando cessão de imóvel para a instalação da Delegacia de Estelionato e de Trânsito no Município de Maringá.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 352/2005.

Sala das Comissão, em 29.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesma, Requerimento nº 2082, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para às 13h00 de hoje, dia 29, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 053, 150, 161, 262, 264, 311 e 341/2005.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 183/2005.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 352/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 177, 092, 328 e 342/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 035, 038, 045 e 046/2005.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, hoje, às 13h30, teremos a reunião da Comissão de Ética.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Automaticamente, nobre Deputado, se estiver sendo realizada Sessão aqui no plenário não poderá ter a Comissão de Ética funcionando, conforme o regimento Interno; se há Sessão no plenário, estão impedidas as outras Comissões Definitivas, ou Temporárias, de funcionar.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Diretoria Geral

Portarias DAT

PORTARIA Nº 019/2005 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 19 da Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.600 de 27 de dezembro de 2004 nas rubricas abaixo.

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901600	2000	100	100.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
31901300	2000	100	100.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 23.06.2005.

(a) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto:

NEREU MOURA

1º Secretário

Atas de Comissões

Comissão de Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de junho de 2005, reuniu-se na Sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sob a presidência do Sr. Deputado Ademir Bier, com as presenças dos Srs. Deputados Barbosa Neto, Ademar Traiano e Durval Amaral, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na sequência, o Deputado Ademir Bier, Presidente da

Comissão submeteu à votação o Projeto de Lei nº 177/2005, de autoria dos Deputados Marcos Isfer e Rafael Greca, que corrige a denominação da corporação beneficiada pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600, de 27 de dezembro de 2004, (Polícia Militar). Relator Deputado Barbosa Neto. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2005, reuniu-se na Sala de Reunião da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, sob a presidência do Sr. Deputado Francisco Bühler, com as presenças dos Srs. Deputados Renato Gaúcho, Cida Borghetti e José Domingos Scarpellini, membros da Comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião. Na sequência, o Deputado Francisco Bühler, Presidente da Comissão submeteu à votação o Projeto de Lei nº 226/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre a criação do Programa de Captação de Água da Chuva. Relator Deputado Renato Gaúcho. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente agradeceu a presença dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Lúcia Alge de Mello, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

Ana Lúcia Alge de Mello - Secretária